

P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, ETC.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telefone 36 69 12



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPRENSA DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ	25. JAN. 1980	DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

# Fusão de seguros — mais um desastre do pós-25 de Abril

Fundação Cuidar o Futuro

A fusão das companhias de seguros nacionalizadas poderá constituir simplesmente um processo de falências progressivas.

Esta é, de um modo geral, a opinião dos técnicos e outros funcionários do sector que não só estranham a própria determinação da fusão como ainda o modo como ela tem sido feita. Aliás, exemplos concretos já estão a suceder e que não são mais que o espelho do que se diz, nomeadamente o incremento já verificado das seguradoras não nacionalizadas, isto é, das estrangeiras implantadas em Portugal.

O processo que se desencadeou quanto à fusão tem sido de tal modo rápido que coloca sérias reservas à eficácia futura das companhias. Com efeito, a transformação de 22 seguradoras em apenas 6 deveria ser devidamente estudada e o seu tempo alargado em virtude do sector ser extremamente complexo. Não foi por acaso, por exemplo, que o processo de fusão em França só arrancou 20 anos após a nacionalização.

Contudo, a determinação de se fundirem as empresas de um modo tão rápido tem por trás, naturalmente, motivos políticos onde não são estranhos, de facto, os receios demonstrados por vários sectores ideológicos de que as companhias voltem a ser reprivatizadas. Deste modo, pretende-se à custa do povo e dos próprios funcionários das seguradoras transformar a curto prazo o sector mesmo que o efeito da fusão não seja mais que o primeiro caminho para os défices operacionais sustentados através e como é lógico, das receitas provenientes dos impostos.

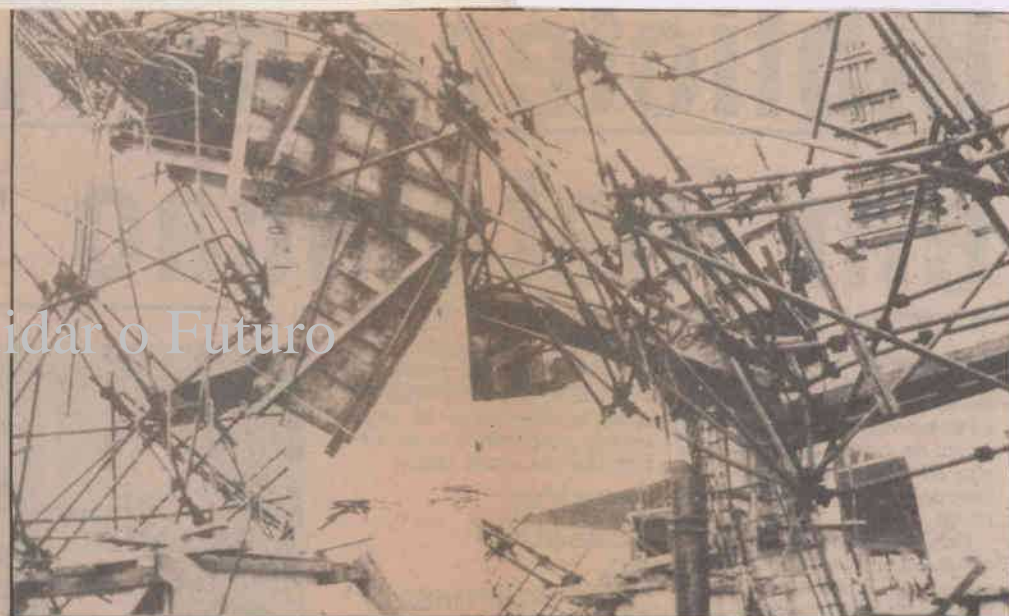
O sector de seguros é algo bastante complexo e que não se compadece por isso de decisões tomadas em cima do joelho. Se a nacionalização já foi

um erro económico, pois todos nós portugueses iremos indemnizar em milhões de contos accionistas de companhias que já estavam, muito antes de 1974 sob o controlo estatal, a própria fusão também será outro pois a forma como tem sido feita tem provocado não só a desconfiança dos clientes como das resseguradoras, companhias estas que actuam no mercado mundial.

Para dar um exemplo do modo como este processo tem sido feito basta referir que muitos funcionários das seguradoras só por meio de anúncios publicados nos órgãos de comunicação social sabem que as secções onde prestavam serviços foram transferidos para outro local. Por outro lado, como se processará o reajustamento de pessoal na medida em que cada companhia, só por si, já tem as várias secções necessárias? Isto é, em quem recairá a escolha para chefe de determinado serviço se todas as seguradoras os detinham já?

Outro caso estranho em tudo isto é ainda o facto de o actual legislativo preparar-se para rever e analisar o decreto-lei 528/79 de 31 de Dezembro (o tal que determinou a fusão) e paralelamente os conselhos de gerência continuarem o processo de fusão gastando dezenas de milhar de contos em publicidade.

Muitos outros factos poderíamos assinalar e que são exemplos concretos da perda de eficácia das seguradoras. Basta mencionarmos mais um: antes qualquer funcionário que tivesse alguma dúvida em relação a determinado contrato poderia resolvê-lo de imediato entrando no gabinete do director do respectivo serviço, no entanto, hoje, terá necessariamente de pedir uma audiência através dos canais hierárquicos obtendo por vezes uma audiência só ao fim de um mês.



A fusão das seguradoras está já a traduzir-se pela perda de eficácia. Por quanto tempo irão os clientes confiar nas empresas nacionalizadas?

## TRABALHADORES REAGEM ÀS FUSÕES

Na sequência do que temos vindo a salientar chegou-nos agora à mão mais um comunicado de trabalhadores das seguradoras e desta vez da Tagus. Neste considera-se a dado passo que «as fusões, em si, envolvem elevados riscos e têm pesados custos económicos sociais e humanos tendo sido mal estudadas, indevidamente fundamentadas e irrealistas por não terem em conta a realidade do País».

«O projecto prevê à partida Companhias fusio-nadas de dimensão semelhante, supostamente para lhes dar iguais condições de viabilidade, quando, afinal, apresentam aspectos muito diferentes. Assim, haverá umas que resultam da «absorção» de uma ou duas pequenas por uma «grande» que vai impor os seus métodos de trabalho, os seus «quadros» e o seu esquema de funcionamento habitual, enquanto que outras resultarão da

fusão de 4 ou 5 de dimensão equivalente mas forçosamente com personalidade própria que tentarão impor às restantes» — acrescenta o comunicado

«A estas condições, de facto diferentes de viabilidade à partida, não correspondem vocações diferenciadas ou características específicas em que possam assentar o seu desenvolvimento. Perdem a sua personalidade inicial não estando previsto ganharem outra em troca».

O comunicado termina referindo que «com a abertura do sector à iniciativa privada e o dinamismo evidenciado pelas agências estrangeiras — que têm tido nos últimos 2 anos índices de crescimento muito superiores aos das companhias nacionalizadas — assim como as perturbações que as fusões causarão se implementadas, é de prever que aquelas empresas não nacionalizadas venham a absorver os acréscimos que se verificarão no mercado segurador em Portugal, além de todos os clientes descontentes com os serviços que serão prestados pelas nacionalizadas em período de fusão».